

Secretaria de  
SaúdeGOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.**CONTRATO LAFEPE Nº 010/2021**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA** que celebram o **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – LAFEPE** e a empresa **CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A**. **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020. LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 001/2020. SEI Nº 0060407848.000112/2020-46**

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado, o **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE**, Sociedade de Economia Mista Estadual, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 10.877.926/0001-13, com sede no Largo de Dois Irmãos, 1117, bairro de Dois Irmãos, cidade do Recife/PE, doravante denominado de **LAFEPE** ou **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor de Relações Institucionais, o Sr. **SÉRGIO LUIZ DE NORONHA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 376.XXX.XXX-00, portador da cédula de identidade RG nº MG 1.XXX.X23 SSP/MG, no uso de suas competências previstas no art. 31 do Estatuto em vigor, e nos 141 do Regimento Interno do LAFEPE, como também pelas delegações expedidas através da Ata do Conselho de Administração, datada de 11/07/2019 e, do outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 30.679.267/0001-18 com endereço sede na Av. Fernando Simões Barbosa, nº 558, sala 202, Edifício Empresarial Aldja Vasconcelos, bairro de Boa Viagem, cidade de Recife/PE, CEP: 51.021-060, nesse ato representada pelo seu Diretor Presidente, o Sr. **PÉRICLES DE ASSIS PESSOA FILHO** brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 398.XXX.X54-00, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.XXX.765 SSP/PE, e pelo seu Diretor Administrativo Financeiro, o Sr. **BRENO VILA NOVA FERREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 009.XXX.X54-84, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00.394.XXX.853 DETRAN/PE, residentes e domiciliados na cidade do Recife/PE com fundamento no resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020**, vinculado ao Edital da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 001/2020**, devidamente adjudicada e homologada e com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal 10.520/02, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio do LAFEPE, bem como no resultado da licitação e nos demais diplomas legais aplicáveis a espécie, **RESOLVEM** firmar o presente **INSTRUMENTO DE CONTRATO** nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

As partes acima qualificadas, tendo em vista o que consta no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020**, vinculado ao Edital da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 001/2020**; Termo de Referência e seus anexos e Proposta da CONTRATADA e ainda, em observância às disposições contidos no Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênio do LAFEPE, na Lei Federal nº 13.303/2016, na Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislações aplicáveis, e ainda, recorrendo-se, nos casos omissos, aos Princípios do Direito e jurisprudência, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATUAL**

Constitui o objeto do presente procedimento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO – P&D DO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE**

**PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE**, conforme detalhamento constante no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e seus apensos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Esse instrumento de contrato se vincula ao Edital de **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2020** e seus anexos, e a proposta vencedora, independente de transcrição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O detalhamento do objeto e suas especificações para a execução do objeto deste contrato deverão seguir e atender os Projetos Executivos, Memoriais Descritivos contidos nos **Anexos K, L, M, N, O, P, Q, R e S**, informados no **Item 35** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA– DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução dos serviços objeto do presente contrato é o de **EXECUÇÃO INDIRETA**, empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O local da prestação dos serviços será a sede do **LAFEPE, SITUADA NO LARGO DE DOIS IRMÃOS, 1117, DOIS IRMÃOS, RECIFE-PE**, cujo funcionamento é de segunda a sexta e o horário de funcionamento das 07h00min às 17h00min. Em caso de necessidade, aos sábados e domingos das 07h00min às 17h00min, desde que acordado e autorizado pela Coordenação de Engenharia do LAFEPE para promoção dos tramites internos de liberação de acesso. Os trabalhos deverão ser realizados, observando-se o **cronograma físico-financeiro**, obedecendo ao prazo contratual e às especificações descritas no Termo de Referência

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS**

A **vigência contratual** será de **09 (nove) meses consecutivos**, a contar da data da aposição da última assinatura eletrônica, já incluso o prazo para o recebimento provisório de definitivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de **execução** do serviço será de **06 (seis) meses consecutivos**, contados da data da emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A execução de cada etapa deverá atender às Especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até **15 dias úteis após emissão da ordem de serviço** ou documento equivalente.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os prazos de EXECUÇÃO E VIGÊNCIA somente poderão ser prorrogados nos termos do art. 81 e seus incisos da Lei 13.303/2016, após previa justificativa, devidamente aprovada pela autoridade competente, mediante a formalização de termo aditivo respectivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PLANO DE TRABALHO, DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Conforme definido no Termo de Referências, a CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias após recebimento da Ordem de Serviço, deve apresentar o cronograma físico das atividades da obra na sequência de execução dos serviços em formato MS PROJECT ou similar, de modo que a evolução da obra possa ser acompanhada diariamente e atualizada semanalmente ou sempre que algum marco ou evento exija tal atualização. Este cronograma deve obedecer ao **ANEXO E** do Termo de Referência – CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em reais, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos relatórios de desempenho técnico dos trabalhos realizados e aprovados pela fiscalização do **LAFEPE**, que emitirá o necessário Boletim de Medição, o qual juntamente com a fatura passarão a integrar o processo administrativo, tudo em consonância com o cronograma físico – financeiro.

I - As medições serão mensais e deverão realizar-se até o último dia de cada mês e abranger a totalidade da obras e/ou serviços efetivamente executados no período.

II - Ocorrendo erro ou omissão, a quantidade a mais ou a menos será computada na mediação do mês

subsequente àquele em que o **LAFEPE** manifestar o seu reconhecimento.

**III - O LAFEPE** receberá faturas para pagamento até o **5º (quinto) dia** do mês subsequente ao da medição.

**IV - O pagamento da execução dos serviços** será efetuado pelo **LAFEPE** até o **30º (trigésimo) dia**, após a data de expedição do Boletim de Medição dos serviços efetivamente executados.

**V - A realização dos pagamentos** estará condicionada à apresentação pela **CONTRATADA**, na sede do **LAFEPE**, das respectivas notas fiscais de serviços e faturas expressas em reais, baseadas nos preços unitários constantes da proposta vencedora da licitação e aceita pelo **LAFEPE**.

**VI - Na emissão da nota fiscal/fatura**, a contratada deverá destacar o valor retido, a título de retenção para a seguridade social, nos exatos termos do § 1º, do Art. 31, da Lei Nº 8.212/91.

**VII - A contratada** deverá elaborar folhas de pagamentos distintas, relativamente à mão de obra alocada aos serviços contratados, nos termos do § 5º, do Art. 31, da Lei Nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Nº 9.711/98, apresentando àquelas ao **LAFEPE**, para fins de habilitação ao pagamento, juntamente com a guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, correspondente ao mês da última competência vencida, para fins de comprovação do recolhimento do FGTS, consoante impõe o § 1º, do Art. 15, da Lei Nº 8.036/90.

**VIII - Para fins de habilitação ao pagamento** será procedido, igualmente, antes de cada pagamento, consulta pela Coordenadoria Financeira - COFIN, a fim de verificar a regularização da contratada, no que se refere às seguintes certidões: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei e de Regularidade Fiscal junto às Fazendas Estadual e Municipal, devendo o resultado dessa consulta ser impresso e juntado aos autos do processo próprio.

**IX - O pagamento à contratada das obras e serviços**, fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da fatura emitida a cada 30 (trinta) dias de execução das etapas, comprovadas através dos boletins de medições e devidamente acompanhada do cronograma físico atualizado, quando atestada pelo **LAFEPE**.

**X - Os pagamentos** somente serão liberados mediante comprovação pela contratada, de sua situação de regularidade perante o INSS e o FGTS, ressalvadas as validades das certidões anteriores, bem como outros documentos que se mostrem necessários à demonstração da permanência das condições de sua habilitação.

**XI - O desembolso financeiro mensal máximo** que o **LAFEPE** designará para o pagamento dos serviços objeto desta licitação será o Estabelecido no **cronograma físico - financeiro**.

**XII - O LAFEPE** poderá designar o pagamento mensal de parcelas superiores às previstas, quando for necessário acelerar a execução de serviços importantes, para a conclusão dentro do prazo da obra contratada, mediante justificativa apresentada pela Coordenadoria de Obras e Manutenção – COEMO, devidamente aprovada pela Diretoria da Área e elaboração de termo aditivo ao contrato, com novo Cronograma.

**XIII - O pagamento da primeira medição** fica condicionado à apresentação pela **CONTRATADA** da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, e demais licenças imprescindíveis à execução da obra, bem como a apresentação da MATRÍCULA DA OBRA OU SERVIÇO JUNTO AO INSS.

a) A matrícula CEI da obra deverá ser aberta junto ao INSS após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obra de reparos de pequeno valor, que não ultrapassem o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS.

**XIV - Nenhum pagamento** isentará a contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços e produtos em desacordo com o previsto neste edital e seus anexos.

**XV - A administração local** será medida conforme acórdão 2622/2013 do TCU-Plenário.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **LAFEPE** efetuará à **CONTRATADA** o pagamento pelos serviços aludidos na Cláusula Segunda deste instrumento, contratado pelo **valor global de R\$ 3.389.000,00 (três milhões trezentos e oitenta e nove mil reais)**, e obedecendo ao

seguinte procedimento:

**I** – O Pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação de serviços, à vista dos serviços efetivamente prestados, após comprovação do pagamento dos salários dos empregados, vinculado, ao contrato ou ao serviço, relativos ao mês da competência da prestação dos serviços, e do recolhimento de todos os encargos e contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) inerentes à Contratação, correspondentes ao mês da última competência vencida, bem como, apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, no endereço da sede do LAFEPE.

**II**- A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**III**- A CONTRATADA deverá apresentar com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis à data de cada pagamento mensal a ser efetuado pela CONTRATANTE, cópias autenticadas de todos os documentos necessários para a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários exigidos pela legislação, de cada um de seus empregados, prestadores do serviço, referentes ao mês anterior, sob pena de ser vedado o pagamento mensal e, na falta de regularização de suas obrigações no prazo de 10 (dez) dias corridos, rescisão deste Contrato.

**IV** - A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento da última parcela do valor do Contrato, mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento dos direitos rescisórios de todos os seus empregados demitidos, referentes a este Contrato, inclusive, em se tratando de contratos trabalhistas por tempo indeterminado, os relativos ao aviso prévio e à multa do FGTS.

**V** - Os Vales Transporte deverão ser entregues pela CONTRATADA aos seus empregados no último dia útil de cada mês anterior ao da respectiva utilização.

**VI** - Os salários dos empregados da CONTRATADA deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

**VII** - A empresa CONTRATADA deve apresentar ao Fiscal do Contrato, relação detalhada contendo os nomes de seus empregados que prestem, por qualquer tempo, serviços ao LAFEPE. Desta relação devem constar, dentre outros que sejam necessários à total identificação de cada empregado: nome completo; número da Carteira de Trabalho (CTPS); data de admissão; data da demissão; cargo ou função; salário inicial e evolução salarial; observações acerca de circunstâncias especiais, tais como existência de contrato de experiência ou por tempo determinado; e local (is) de trabalho, tudo em conformidade com o art. 8º, caput e demais parágrafos, do Decreto Estadual nº 25.304, de 17.03.2003.

**VIII** – Não se constitui inadimplência do CONTRATANTE, o atraso no pagamento das Notas Fiscais/Faturas do serviço, decorrentes da falta de entrega dessas, pela CONTRATADA, após o dia/data predeterminado ou de faturamento incorreto, o qual será devolvido à CONTRATADA para os devidos acertos, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**IX** - No preço constante no caput da cláusula está incluída toda mão-de-obra necessária para realização da obra ou serviço ora contratado, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos e seguros;

**X** - O pagamento será por demandado e após “**atesto**” técnico dos serviços efetivamente executados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O faturamento incorreto será devolvido à CONTRATADA para os devidos acertos, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, observado o prazo estipulado nos incisos desta cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA se compromete em não negociar com terceiros qualquer duplicata decorrente do presente contrato, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - APLICAÇÃO DE ÍNDICE EM EVENTUAIS ATRASOS DE PAGAMENTO**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a

data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, do IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual do IPCA anual

#### **CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

A gestão do Contrato será exercida pelo Coordenador de Engenharia, Manutenção e Obras – COEMO ou por pessoa por ela designada ao qual competirá

- I - Supervisionar a execução do objeto contratual subsidiado pelo fiscal do contrato;
- II - Controlar os cronogramas físicos financeiros dos contratos em andamento;
- III - Controlar os prazos de vigência e de execução do contrato;
- IV - Atestar nota fiscal ou fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados e deverá estar obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal;
- V - Dar ciência à Autoridade Administrativa de possíveis irregularidades na execução dos contratos para decisão da instauração de Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAP.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pela Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras - COEMO, que terá dentre outras atribuições:

- I - Efetuar a fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- II - Atestar a execução do objeto contratado;
- III - Rejeitar serviços que não apresentem a devida qualidade e/ou que não estejam de acordo com o Termo de Referência;
- IV - Informar, instruir e solicitar as alterações contratuais e prorrogações cabíveis;
- V - Identificar e informar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;
- VI - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando à Contratada o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados
- VII - Comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades identificadas na fiscalização provocando junto ao Gestor a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato;
- VIII - Sanear, se possível, eventual irregularidade que impacte a execução contratual evitando-se a suspensão da execução do contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual;
- IX - Comunicar ao preposto do contratado eventual suspensão da execução do contrato informando-lhe prazo da suspensão, e demais condições do § 1º do art. 170 do Regulamento;
- X - Dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;
- XI - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, o qual poderá fazer subir a questão à Autoridade Administrativa, mediante a apresentação de um relatório com os documentos necessários à comprovação da irregularidade, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**XII** - Auxilia o Gestor no acompanhamento dos prazo de execução e de vigência recomendando eventuais prorrogações a autoridade superior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Cabe ao **LAFEPE**, a seu critério, por meio da área requisitante citada na(s) Ordem(ns) de Serviço ou de Materiais vinculada(s) ao presente contrato, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do objeto licitado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A existência e a atuação da Fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o que for executado em desacordo com o Contrato, o Termo de Referência ou a legislação que esteja em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

**I - PROVISORIAMENTE:** em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela **CONTRATADA**, após a realização de vistoria pela Fiscalização.

**II - DEFINITIVAMENTE:** em até 90 (noventa) dias, contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter **garantia mínima de 5 (cinco) anos**, contado do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

**PARÁGRAFO QUINTO** -A partir da data de recebimento do serviço, o Fiscal e o Gestor têm o prazo de 15 (quinze) dias corridos para se manifestar pela aceitação, rejeição ou devolução para ajustes.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções, quando exigíveis.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de toda obra ou serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra ou serviço, com a finalidade de verificar a adequação da obra ou serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução da obra ou do serviço, será lavrado um TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO, em que serão apontadas as falhas e irregularidades que foram constatadas pelo LAFEPE, sendo estabelecido prazo para o devido reparo.

**PARÁGRAFO NONO** -A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Após sanadas as falhas e irregularidades que foram apontadas no TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO, a **CONTRATADA** efetuará nova comunicação escrita ao LAFEPE.

**PARÁGRAFO DÉCIMO – PRIMEIRO** - O recebimento definitivo do objeto contratado não exige a **CONTRATADA**, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 10.406, de 2002).

**PARÁGRAFO DÉCIMO – SEGUNDO** - Após o termino da obra ou serviços, toda área deverá ficar livre de entulhos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros previstos para o pagamento do serviço/fornecimento, objeto deste Contrato, são provenientes de receita própria do **LAFEPE - Laboratório Farmacêutico de Pernambuco Governador Miguel Arraes**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

É dever do **LAFEPE** obedecer fielmente às cláusulas avençadas neste contrato, as normas legais pertinentes e constantes no Edital, no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio, na legislação vigente, em especial na Lei Federal 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal nº 10.520/2002 bem como:

- I** - Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pelo contratado em serviço e que estejam relacionados com a execução deste;
- II** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar ao contratado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por partes deste;
- III** - Comunicar e/ou solicitar qualquer alteração nos procedimentos previamente estabelecidos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do evento.
- IV** - Solicitar que seja providenciada a substituição dos materiais, quando estiver fora das especificações estabelecidas neste termo de referência;
- V** - Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto desta licitação;
- VI** - Indicar ao contratado os colaboradores que ficarão encarregados da fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- VII** - Notificar ao contratado, por escrito, a ocorrência de eventuais anormalidades na prestação dos serviços, para preparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;
- VIII** - Permitir o acesso do contratado às suas dependências para a execução dos serviços;
- IX** - Proceder à conferência da Notas Fiscais e medições, atestando no corpo das mesmas, a boa execução dos serviços obedecendo o cronograma físico-financeiro;
- X** - Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços ao contratado, deste que cumpridas todas as formalidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
- XI** - Analisar e aprovar a execução dos serviços nas diversas etapas do desenvolvimento. A aprovação pela Fiscalização das várias etapas do desenvolvimento dos serviços, não exige a contratada das suas responsabilidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

É dever da **CONTRATADA** obedecer fielmente às cláusulas avençadas neste contrato, as normas legais pertinentes e as disposições constantes no Edital, no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio, na legislação vigente, em especial na Lei Federal 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal nº 10.520/2002 bem como:

- I** - Atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;
- II** - Estar em condições de executar o objeto a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço ou documento

equivalente;

**III** - Fornecer todo o material em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já incluso nos valores propostos todos os custos com impostos, taxas, e demais encargos pertinentes à formação do preço;

**IV** - Entregar o objeto especificado neste Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo.

**V** - Emitir fatura, conforme material fornecido e os documentos necessários para a exatidão da prestação do serviço;

**VI** - A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

**VII** - Respeitar as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos internos da contratante inclusive adotando processo de identificação indicado pela empresa, quando for o caso;

**VIII** - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

**IX** - Não transferir ou subcontratar a outra parte do contrato, sem prévia e expressa anuência desta empresa;

**X** - A CONTRATADA deverá, dentro do preço ofertado, ter incluído todas as despesas, diretas e indiretas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação e dentro dos prazos fixados no cronograma;

**XI** - A Contratada se obriga a substituir em até 10 (dez) dias qualquer material que esteja em desconformidade com o solicitado ou que se apresente de qualidade inferior;

**XII** - A CONTRATADA deverá adaptar suas rotinas administrativas de forma a atender aos requisitos mínimos de controle e acompanhamento, solicitados pelo LAFEPE, através da FISCALIZAÇÃO. Tal adaptação não implicará, necessariamente, na mudança das normas internas da CONTRATADA.

**XIII** - Será de exclusiva responsabilidade e ônus da CONTRATADA a administração e gerenciamento de todo o seu pessoal envolvido nos serviços. Os custos com mão-de-obra, materiais, ferramentas, obrigações sociais, horas extras, periculosidade, despesas com transporte, alimentação, devem estar diluídos nos preços unitários propostos.

**XIV** - Adotar identificação para seu pessoal, utilizando crachá, constando no mínimo os seguintes dados: nome, chapa, função, fotografia e assinatura do responsável pela firma. Esta exigência é condição obrigatória para a permanência dos servidores da CONTRATADA na área onde serão executados os serviços.

**XV** - A CONTRATADA deverá comparecer, quando convocada, às reuniões e inspeções solicitadas pelo LAFEPE, arcando com todo ônus decorrente do não comparecimento às citadas reuniões, devendo estar presente o engenheiro responsável.

**XVI** - Todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela fiscalização do LAFEPE, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para o LAFEPE.

**XVII** - A CONTRATADA deverá dispor de aparelhos celulares para os profissionais responsáveis pela administração dos serviços, deixando-o a disposição o número para a fiscalização ou gestão contratual, para uso em horário comercial.

**XVIII** - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela execução e eficácia dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização descuidada dos trabalhos.

**XIX** - A CONTRATADA deverá estudar toda a documentação fornecida e, vistoriar previamente o local onde serão executadas o objeto, pois será considerada como perfeita conhecedora das dificuldades que poderá vir a enfrentar ou das dificuldades que poderá dispor.

**XX** - A CONTRATADA é obrigada a facilitar o acesso do CONTRATANTE à fiscalização dos materiais e da execução dos serviços contratados.

**XXI** - A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado seu que, a critério do LAFEPE, venha a demonstrar má conduta ou incapacidade técnica.

**XXII** - Assumir todos os encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem previstos em legislação específica e vigente, referentes aos serviços executados por seus empregados,



obrigando-os a saldá-los na época própria, além de responder, também, por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços.

**XXIII** - apresentar MATRÍCULA DA OBRA OU SERVIÇO JUNTO AO INSS – a matrícula CEI da obra deverá ser aberta junto ao INSS após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obra de reparos de pequeno valor, que não ultrapassem o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS.

**XXIV** - Nas ações que o **LAFEPE** vier a responder em virtude de ações ou omissões da **CONTRATADA**, deverá esta assumir as despesas havidas com os advogados que vierem a atuar no objeto da defesa administrativa ou judicial, bem como das custas relativas as despesas judiciais e administrativas, aqui se incluindo, mas não se limitando aquelas havidas com as custas com fotocópias, autenticação, reconhecimento de firmas, despesas cartoriais de toda a sorte, o pagamento de peritos judiciais, designação de prepostos e testemunhas necessárias á defesa Companhia e as despesas com deslocamento, passagens aéreas e terrestres, locação de veículos, utilização de ônibus, táxis e veículos próprios da Contratante e as estadias em hotéis, despesas de refeição e telefonemas, desde que devidamente comprovadas.

**XXV** - Sendo o **LAFEPE** demandado em Ações Trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, no qual venha a ser responsabilizada direta, indireta, solidária ou subsidiariamente, a **CONTRATADA** deverá ressarcir todas as despesas inerentes á apresentação de defesa da **LAFEPE**, bem como eventuais valores que vierem a ser penhorados, dados em garantia ou pagos em decorrência de referidas Ações, autorizando, desde já, sejam retidos e compensados os créditos devidos pela Contratante á **CONTRATADA**, nesse ou em outros contratos em vigência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REAJUSTE

O valor consignado neste contrato é fixo e irrevogável. Porém poderá ser corrigido anualmente, mediante requerimento da contratada, obedecido o cronograma físico-financeiro, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir apresentação da proposta. Caso incida reajuste, ocorrerá com base na Coluna 35 – Edificações Custo nacional da construção civil e obras públicas apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)em conformidade com o que estabelece a Lei Estadual nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, nos termos do item 21 do Termo de Referencia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;
- b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela **CONTRATANTE**, salvo se o fiscal técnico do contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar, cumulativamente, o seguinte:

- a) Os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;
- b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pelo serviço;
- c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) A capacidade técnica e econômico-financeira da **CONTRATADA** deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;

- e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;
- f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da Contratante, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da Contratante;
- c) Submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da Contratante

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A contratada que incorra em infrações sujeita-se às seguintes sanções administrativas:

### **I. Advertência,**

- a) nos casos de atraso injustificado do cronograma, de até 45 (quarenta e cinco) dias, uma única vez;
- b) no caso de descumprimento do prazo de 15 (quinze) dias de antecedência, para solicitação de alteração do cronograma, uma única vez;

### **II. Multa moratória;**

### **III. Multa compensatória;**

**IV. Suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** com o **LAFEPE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A aplicação da penalidade de **Advertência** tem caráter subsidiário e será aplicado apenas quando não houver hipótese de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o LAFEPE, sendo adequada a sua aplicação em decorrência de faltas leves, que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e da contratação, mas não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As sanções de **Advertência** ou **Suspensão temporária** poderão ser aplicadas cumulativamente com a **multa**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Cometem infração administrativa nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, as licitantes, a detentora da ata ou a contratada que:

- I** - Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não assinar o Contrato ou a Ata, conforme o caso;
- II** - Desistir injustificadamente de lance ofertado, deixar de entregar documentação exigida na licitação ou entregá-la fora do prazo;
- III** - Não apresentar a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado;
- IV** - Apresentar documentação falsa, inclusive quanto às condições de participação e do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;
- V** - Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;
- VI** - Falhar na execução do contrato, deixando de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas;
- VII** - Fraudar na execução do objeto;
- VIII** - Cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A penalidade de **multa** não poderá ser superior a 25 % do valor do contrato, aplicada de acordo com as seguintes regras:

- I - MULTA de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento)** sobre o valor total do objeto do contrato, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no § 3º, inciso II;
- II - MULTA de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento)** sobre do valor do objeto contratado, observado o valor

mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas no **§ 3º incisos I e V**, bem como àquele que sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

**III - MULTA de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no **§ 3º inciso III**;

**IV - MULTA moratória diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento)**, calculada sobre o valor contratual, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual a quem cometer a infração prevista no **§ 3º inciso VI**;

**a)** Se o atraso na entrega for parcial, a multa prevista no **§ 4º inciso V**, será aplicada sobre o valor referente ao prazo contido no cronograma físico-financeiro que for descumprido;

**b)** A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no **§ 4º inciso V**, conforme o caso.

**V - MULTA compensatória de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento)** a quem cometer a infração prevista no **§ 3º , inciso VII**.

**a)** A multa referida no **§ 4º , inciso VI** será aplicada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto contratual, sendo aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida em caso de inexecução parcial do objeto.

**VI - Multa de até 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato nos casos das infrações previstas nos **§ 3º , inciso IV, VII e VIII**.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Além da multa, aplicável conforme os itens precedentes, será aplicada a penalidade de **impedimento de licitar** e contratar com o **LAFEPE** nos seguintes casos e condições:

**I** - Dar causa à inexecução total do Contrato: Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;

**II** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista: Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;

**III** - Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado: Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;

**IV** - Não celebrar o contrato, dentro do prazo de validade de sua proposta: Sanção: 1(um) ano de suspensão;

**V** - Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Sanção: 1 (um) ano de suspensão;

**VI** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Sanção: 8 (oito) meses de suspensão;

**VII** - Apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;

**VIII** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Sanção: 2(dois) anos de suspensão;

**IX** - Comportar-se com má-fé; Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;

**X** - Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação. Sanção: 2 (dois)anos de suspensão

**PARÁGRAFO SEXTO** - Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste instrumento, bem como dos prazos previstos no **§7º** e seus incisos, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

**I** - Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

**II** - Os danos resultantes da infração;

**III** - Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

**IV** - Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após 12 (doze) meses da aplicação da sanção anterior; e

**V** - Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Em caso de reincidência ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data

da abertura do novo processo punitivo, por infração prevista no presente instrumento, e a data do registro de penalização administrativa na Secretaria de Administração por condenação da empresa em processo anterior, as faixas de multa e os prazos previstos no § 5º poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO OITAVO** - A penalidade prevista **Suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** como **LAFEPE** deverá ser registrada junto a Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

**PARÁGRAFO NONO** - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado no Decreto Estadual nº 42.191, de 1º de outubro de 2015.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o órgão licitante encaminhará a documentação correspondente às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Conforme estabelecido no Termo de Referência, será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- I - É vedada a subcontratação de empresas que estejam participando da licitação.
- II - É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- III - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- IV - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Além de supervisão da subcontratada no que tange pagamento de FGTS e todas as outras exigências que a LAFEPE faz nesse contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ADITIVOS, DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

- I. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;
- II. Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da contratada.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 2º do art. 180 do RILC do LAFEPE.

#### **Da Alocação de Risco**

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Matriz de Risco anexa ao termo de referência é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

**PARAGRAFO TERCEIRO**- A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, dos que forem atribuídos como de sua responsabilidade

**PARAGRAFO QUARTO**- A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do **Contratante**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

**PARAGRAFO QUINTO**- Constituirá peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento de contrato respectivo a ser formalizado, o Anexo I – Matriz.

**PARÁGRAFO SEXTO**- O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre

probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

**PARÁGRAFO OITAVO**- Ao oferecer a proposta comercial a contratada assumirá ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos para execução do serviço ou obra e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

#### **Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro**

**PARÁGRAFO NONO** - Sempre que atendidas as condições do serviço ou obra e mantidas as disposições do Contrato e as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico -financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO ORGANOGRAMA DA OBRA**

Conforme definido no Termo de Referência, após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar um Organograma da Obra ou serviço, no qual deverá constar funções e atribuições dos componentes deste organograma.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para representá-la em matéria de ordem técnica e nas relações com a CONTRATANTE, a CONTRATADA manterá devidamente credenciados, técnicos responsáveis pela obra.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A condução geral da obra ficará a cargo de pelo menos um engenheiro, habilitado profissionalmente, com práticas comprovadas em serviços idênticos aos contemplados nas especificações, mediante apresentação de Acervo Técnico. Este profissional será auxiliado por um ou mais encarregados, que na sua ausência eventual, o representarão junto a CONTRATANTE desde que tal responsabilidade seja aprovada por esta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No local da obra deverá haver um responsável legal por ela, e na sua ausência, um seu proposto, com plenos poderes para representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE. A indicação deste preposto deve ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - É obrigatória a presença constante do encarregado no canteiro de trabalho, durante toda a execução da obra, seja qual for o estado desta e, desde que necessário, a critério da CONTRATANTE, a do engenheiro responsável pela obra. O engenheiro responsável auxiliado pelo encarregado, deverá exigir e orientar a execução de todos os serviços, de forma intensa, rigorosa e eficaz, a fim de atender plenamente o contrato, o projeto e as especificações. Todas as solicitações da CONTRATANTE ao engenheiro responsável pela obra serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou decisão tomada pelo referido engenheiro, ou ainda, missão de responsabilidade do mesmo, serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O engenheiro responsável e o encarregado, cada um no seu âmbito deverão estar sempre em condições de atender à fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a CONTRATANTE reputar necessário e útil e que se refira, direta ou indiretamente, à obra e suas implicações

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - MEDIDAS E NORMAS GERAIS DE SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO**

As Medidas e Normas Gerais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho estabelecidas pelo LAFEPE e que deverão ser consideradas pela CONTRATADA são:

- I - Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) no local dos serviços, desde que o número de empregados seja igual ou superior a 20 (vinte), conforme preceitua a NR-5 da Portaria 033 de 27/10/83 do

Ministério do Trabalho;

**II** - Manter em seu escritório, no local de serviço, um livro semelhante ao Diário de Obras, exclusivamente para registros das irregularidades que digam respeito à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, que deverá ser apresentado ao LAFEPE, sempre que solicitado, para verificação, registros e providências requeridas, no que tange ao assunto;

**III** - O responsável da CONTRATADA, no local dos serviços, deverá apor um ciente no livro de ocorrências e providenciar para que as solicitações sejam atendidas no mais curto espaço de tempo possível;

**IV** - Ao término do contrato, o livro de registro será arquivado no LAFEPE;

**V** - Enviar, por escrito, para a Fiscalização do LAFEPE, até o dia 20 de cada mês subsequente, os dados estatísticos de todos os acidentes de trabalho ocorridos nos serviços do mês anterior, bem como cópias das atas de reuniões ordinárias da CIPA, realizadas no período citado;

**VI** - Comunicar de imediato à Fiscalização do LAFEPE, através de formulário próprio, qualquer ocorrência de acidentes;

**VII** - Enviar mensalmente à Fiscalização do LAFEPE, cópias do anexo I da NR-5, com carimbo de recebimento da DRT;

**VIII** - Se fazer representar nas reuniões das CIPAS do LAFEPE, quando convocada;

**IX** - Todos os EPI's -Equipamentos de Proteção Individual deverão ser fornecidos, juntamente com a cópia autenticada e dentro do prazo de validade do CA -Certificados de Aprovação e CRI – Certificado de Registro do Importador emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

**X** - Adquirir e utilizar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que se fizerem necessários ao desenvolvimento seguro dos serviços, fiscalizando o uso;

**XI** - Inspeccionar periodicamente as suas máquinas e equipamentos durante a vigência do contrato;

**XII** - Instalar nas suas oficinas, galpões, depósitos, etc., os extintores móveis de proteção contra incêndios, em quantidade e tipos específicos para cada caso, de acordo com os itens da NR-23 da Portaria 3214;

**XIII** - Observar as condições mínimas de segurança exigidas pela NR-10, relativas à instalação e operação de sistemas elétricos;

**XIV** - Assumir a responsabilidade pelos atrasos ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total dos trabalhos, provocados pelo não cumprimento da Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente na época;

**XV** - Apresentar ao Lafepe, no ato da integração, toda a documentação necessária referente ao pessoal que irá participar das atividades, tais como:

a) Ficha (s) de registro de empregado (s)

b) Cópia da CTPS - Carteira de Trabalho (Contrato de trabalho)

c) Fichas de controle e entrega de EPI's e Uniformes.

d) ASO's - Atestados de Saúde Ocupacional (Atualizados e dentro de seus respectivos prazos/vencimentos) – Apto para trabalhos em altura

e) Cópia do cartão de Vacinação (antitetânica)

f) Certificados de treinamentos obrigatórios pelas NR's (Ex: NR-10, NR-12)

g) Treinamento Adimensional (Conforme Lei 6.514/77 e sua respectiva NR-18)

h) PPRA, PCMSO e/ou PCMAT conforme a atividade a serem executadas. (Atualizadas e dentro de seus respectivos prazos/vencimentos)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O LAFEPE, através de sua equipe de Fiscalização e da Coordenadoria de Segurança do Trabalho – COSET fiscalizará e orientará o Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATADA, fazendo cumprir as exigências contidas nas Normas de Segurança do LAFEPE, da Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e demais legislações subsequentes;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Todos os custos decorrentes do cumprimento das Normas Gerais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho serão ônus da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

A garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, terá validade durante a execução do contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada após a execução do contrato, ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação no prazo de até noventa dias, contados da data de encerramento do contrato, conforme estabelecido no art. 165 § 5º, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênio do **LAFEPE**, observada a legislação que rege a matéria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados que trabalharam na execução dos serviços serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega da garantia autoriza o **LAFEPE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações nos termos do art. 165 § 5º, d "I" e "II" do Regulamento Interno de Licitação Contratos e Convênio do **LAFEPE**, aplicando, se for o caso, a dispensa de licitação, prevista no inciso VI do art. 29 da Lei Federal 13.303/2016 ou reter o pagamento eventualmente devidos ao contratado até que a garantia seja apresentada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A critério do contratado, a garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I - Caução em dinheiro;
- II - Seguro-garantia; ou
- III - Fiança bancária.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de alteração do valor do contrato, prorrogação ou renovação contratual será elaborado termo aditivos e/ou apostilas para reajuste e repactuações, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo **LAFEPE**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver sido notificada.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Nos termos do art 165, § 5º, alínea "b" incisos I a IV do Regulamento interno de Licitação Contratos e Convenio do **LAFEPE** a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deve assegurar o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II - prejuízos diretos causados à empresa decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III - multas moratórias e compensatórias aplicadas pela empresa à CONTRATADA; e
- IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia pode ser utilizada para o pagamento dessas verbas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarreta a aplicação de multa definida neste contrato;

**PARÁGRAFO OITAVA:** A garantia deve ser considerada extinta:

- I. com a devolução da apólice, carta - fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da empresa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e;
- II. após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento de contrato ou documento equivalente estabelecer o prazo de extinção da garantia, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**PARÁGRAFO NONA:** A empresa deverá executar a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**PARÁGRAFO DÉCIMA:** A **CAUÇÃO EM DINHEIRO** deverá ser efetuada em conta de caução, obrigatoriamente da Caixa

Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), vinculada ao **LAFEPE**.

I - Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro-rata tempore pela fórmula estabelecida na Minuta do Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento ao **LAFEPE**;

II - A Licitante deverá apresentar o Termo de Compromisso relativo à Garantia Caucionária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A **CARTA DE FIANÇA** fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

I - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

II - Cópia autenticada da assembléia que elegeu a última diretoria do banco;

III - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

IV - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

V - Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Caso opte por **SEGURO-GARANTIA** a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros deverá observar:

I - O seguro-garantia e suas condições gerais contratuais deverão atender à CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seu Anexo I;

II - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>>.

III - O seguro garantia, conforme determina a CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 em seu art. 4º Parágrafo Único, deve englobar a garantia dos valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador.

IV - O seguro garantia deve contemplar a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

V - Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

b) Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;

c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (LAFEPE);

d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

**PARAGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A garantia seja qual for a modalidade, somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importância depositada em dinheiro em consonância com o disposto no art 165 § 5º, alínea “e” incisos I e II do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios do LAFEPE, acompanhada da declaração da empresa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato observado o prazo de 03 meses, previsto no art 165 § 5º.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTA:** Ainda, a garantia poderá ser liberada ou restituída nas hipóteses abaixo previstas:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem; ou

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais previstas na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seus Anexos.



**PARAGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Todo Termo Aditivo ao contrato deverá ser endossado pela Seguradora.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A garantia deverá atender, inclusive, às seguintes disposições normativas e legais:

**CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013**

“Art. 12 A seguradora deverá deixar claro nas Condições Contratuais, para cada modalidade, os procedimentos a serem adotados com a finalidade de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro e oficializar a Reclamação de Sinistro, além dos critérios a serem satisfeitos para a Caracterização do Sinistro.

§ 1º A Expectativa de Sinistro deverá descrever o fato que possa gerar prejuízo ao segurado, sendo que o sinistro restará caracterizado quando comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice.

(...)

§ 4º A Reclamação de Sinistros poderá ser realizada durante o prazo prescricional”

CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 – Anexo I – Seguro Garantia Segurado: Setor Público

“1. Objeto:

Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

(...)

17. Prescrição

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela Lei”

**LEI Nº 10.406/2002 – Código Civil**

“Art. 206. Prescreve:

§1º Em um ano:(...)

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) “quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;”

**NOTA:** O fato gerador da pretensão é caracterizado e cientificado quando da conclusão do processo administrativo instaurado com objetivo identificar e documentar possível inadimplemento do tomador, bem como registrar o contraditório e a ampla defesa deste. Desta feita, após conclusão do processo administrativo com decisão fundamentada definitiva pela autoridade competente, restando oficializada e comprovada a inadimplência do tomador, inicia-se a contagem do prazo prescricional de um ano referente à pretensão do segurado de acionar a seguradora através de Reclamação referente ao sinistro caracterizado pelo processo, data na qual a seguradora deverá proceder com a regulação e liquidação do sinistro.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o LAFEPE como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação do pagamento das respectivas verbas rescisórias.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra e os três meses após o término da vigência contratual, conforme previsto no art. 165 § 5º do Regulamento Interno de Licitação Contratos e Convênios do LAFEPE, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Na modalidade seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice deve estar válido durante a execução do contrato e até 03 meses do término da vigência contratual. Aqueles procedimentos afetos ao contrato que podem ser executados após sua vigência, tais como trâmites de recebimento, ou processos administrativos de apuração de responsabilidade e congêneres, são acobertados pelo prazo prescricional.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Ocorrência do sinistro (inadimplência contratual): o sinistro deve ocorrer durante a vigência da apólice para estar coberto;

I - Comunicação do sinistro: deve ocorrer assim que o segurado tomar ciência de sua ocorrência;

II - Após o término da vigência do seguro, o segurado (Administração Pública) poderá reclamar sinistros ocorridos durante a vigência do mesmo, e apenas descobertos ou caracterizados depois.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** A intenção de substituição da modalidade de Garantia deve ser previamente aceita pelo LAFEPE, e obrigatoriamente formalizada através de Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTA:** A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver acréscimo de objeto.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DO SERVIÇO**

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo conforme a responsabilidade prevista na legislação civil (art. 618 do CC).

**PARAGRAFO ÚNICO:** Verificada a hipótese constante desta cláusula, a contratada será notificada, sendo-lhe concedido prazo para atendimento. Não havendo qualquer manifestação, o contratante providenciará a realização do serviço, devendo seu valor ser indenizado pela contratada.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE E SIGILO**

A empresa licitante deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, estudos, desenhos, esquemas e documentos a que tiver acesso, destinados à execução dos serviços, não podendo fornecê-los a terceiros, nem divulgá-los ou reproduzi-los de qualquer forma, sem a prévia autorização do Gestor do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitação e Contrato, pelo Termo de Referência, como também pelos demais documentos que compoem o processo licitatório, integrantes do presente ajuste.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO**

O foro do presente contrato será o da cidade sede da LAFEPE, comarca de RECIFE, estado de Pernambuco.

E, por estarem justas e **CONTRATADAS**, assinam as partes o presente **CONTRATO LAFEPE Nº 010/2021** em duas vias, na

presença das testemunhas abaixo arroladas, para a sua validade e eficácia jurídicas.

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – LAFEPE**

Sérgio Luiz de Noronha

**Diretor de Relações Institucionais**

Marcelo José Ximenes Menelau

**Gestor do Contrato**

Mat. 3206 - COEMO

Maria Emília de Araújo Souza e Silva

**Fiscal do Contrato**

Mat 3319 - COEMO

**CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A.**

Péricles de Assis Pessoa Filho

**Diretor Presidente**

Breno Vila Nova Ferreira

**Diretor Administrativo Financeiro**

**TESTEMUNHAS:**

Luciene Torres Galindo de Melo

Mat 3201- COEMO

Allan Victor Queiroz Macedo dos Santos

Mat 833 - EDSERV



Documento assinado eletronicamente por **PERICLES DE ASSIS PESSOA FILHO**, em 11/02/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRENO VILA NOVA FERREIRA**, em 11/02/2021, às 18:56, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Noronha**, em 12/02/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Ximenes Menelau**, em 12/02/2021, às 14:43, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Maria Emilia De Araujo Souza E Silva**, em 12/02/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Allan Victor Queiroz Macedo**, em 12/02/2021, às 15:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Torres Galindo De Melo**, em 16/02/2021, às 08:49, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11394666** e o código CRC **B48E59E3**.

---

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES**

Largo de Dois Irmãos, 1117, - Bairro Dois Irmãos, Recife/PE - CEP 51110-130, Telefone: (81) 3183-1100